

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**CONTRA A RETRAÇÃO DE DIREITOS E A INTENSIFICAÇÃO DA
EXPLORAÇÃO: os desafios do assistente social e a importância do seu
papel frente aos ataques a educação****AGAINST THE RETRAÇÃO OF DIRECTIVES AND THE INTENSIFICATION OF
EXPLORATION: the challenges of the social assistant and the importância of their
role in the face of the attacks on educação****Fiama de Castro Azevedo Dias¹
Saimo Gabriel Mota de Souza²****RESUMO**

O presente estudo consiste em socializar o papel do Assistente Social enquanto profissional da Educação, nos quais a presença desse profissional é essencial no âmbito escolar. O profissional de Serviço Social vem conquistando espaços que vão proporcionando novas possibilidades ao promover mudanças na área social, histórica, econômica e cultural. Uma vez que o profissional é habilitado para atuar no enfrentamento das aflições sociais. Diante disso, o tema propõe uma breve análise do papel do profissional na formulação de estratégias para o melhor empoderamento de seu trabalho na área da Educação. Com isso, o combate aos problemas Sociais nas escolas implica em um trabalho qualificado no conjunto: escola, família e Estado. O que precisa ficar claro em relação às problemáticas dentro da instituição de ensino é que elas não são produzidas propriamente dentro dos muros das escolas, mas na sociedade em geral. São frutos de um sistema não inclusivo, que visa apenas o fortalecimento da economia. Diante disso, não pode ser abordada somente nas escolas. São trazidos como fontes principais, textos de autores/as que versam acerca do tema proposto, a exemplo de Novais (2001), Faleiros (2010) e Lopes (2008), como também se fará uso de documentos como a Constituição Federal Brasileira de 1988, entre outros.

Palavras-chave: Assistente Social. Educação. Empoderamento. Neoconservadorismo. Direitos Humanos.

¹Assistente Social e Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PGSS - UEPB). E-mail: fiamazevedo@hotmail.com

²Assistente Social e Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PGSS - UEPB). E-mail: saimogabriel@hotmail.com

ABSTRACT

This study consists of socializing the role of Social Assisting as a professional in Education, we present the essential professional in the school environment. The Social Service professional sees us conquering spaces that provide new possibilities to promote changes in the social, historical, economic and cultural. Once the professional is authorized to act in the confrontation of social afflictions, the topic proposes a brief analysis of the role of the professional in the formulation of strategies for the best empowerment of his work in the educational area. Com isso, o combat aos social problems in schools implies em um qualificado trabalho no conjoint: school, family and State. What needs to be made clear in relation to the problems within the educational institution is that they are not produced properly within the walls of schools, but in general society. They are the fruits of a non-inclusive system, which only aims to strengthen the economy. Diante disso, it cannot be addressed only in schools. Texts by authors who deal with the proposed topic are drawn as main sources, for example Novais (2001), Faleiros (2010) and Lopes (2008), as well as documents such as the Brazilian Federal Constitution of 1988. , among others.

Keywords: Social Assistant. Education. Empowerment. Neoconservatism. Human Rights.

1 INTRODUÇÃO

Nossa proposta de discussão tem como foco a relevância do trabalho de assistentes sociais no processo de enfrentamento do conservadorismo presente no âmbito da educação, socializando o papel do Assistente Social enquanto profissional da Educação, na qual a presença desse profissional demonstra-se essencial, uma vez que o(a) profissional é habilitado(a) para atuar no enfrentamento das afliges sociais. Diante disso, o tema propõe uma breve análise do papel do profissional na formulação de estratégias para o melhor empoderamento de seu trabalho na área da Educação. Com isso, o combate aos problemas Sociais nas escolas implica em um trabalho qualificado no conjunto: escola, família e Estado.

O processo educacional está cheio de dúvidas, entretanto, é preciso ter clareza que a educação tem um caráter social e político pautado na busca de uma transformação social. Um dos seus grandes objetivos é capacitar o educando para refletir criticamente acerca dos diferentes problemas sociais. Portanto, faz-se necessário um reordenamento sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas para contribuir com o enfrentamento das problemáticas, seja por meio de medidas preventivas, projetos, propostas ou alternativas.

A realidade escolar torna-se tensa, sendo travada uma “guerra” diária nas salas de aula, de forma não declarada, onde se têm apenas “perdedores”: os professores, pelo estresse físico e psíquico a que estão submetidos; e os estudantes, por terem à sua frente mais um obstáculo

na produção de seu conhecimento, imprescindível para o exercício efetivo da cidadania.

Diante dessa conjuntura, percebe-se a necessidade da intervenção do Assistente Social, sendo este um profissional que trabalha com as expressões da questão social, inclusive no âmbito da educação, no sentido de fortalecer o debate acerca do direito a uma educação pública de qualidade.

Dentro dessa perspectiva, a presente discussão está estruturada em duas partes: a primeira trata do Serviço Social e sua práxis na educação; e, a segunda, trata sobre os impactos do neoconservadorismo para a política de educação.

2 O SERVIÇO SOCIAL E A SUA PRÁXIS NA EDUCAÇÃO

A educação é de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade. É um direito assegurado por Lei, garantido no Art. 6º da Constituição Federal de 1988: “São direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2004).

Contudo, ao se discutir a educação no Brasil, deve-se considerar as diversidades regionais, as situações econômicas, sociais e culturais em que as escolas estão inseridas, haja vista que o país possui dimensões continentais.

Atualmente, um dos desafios das escolas é realizar um vínculo entre o conteúdo escolar trabalhado e a realidade social dos educandos, levando em consideração os direitos e deveres indicados na Constituição Federal de 1988, na Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) e na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Para que o direito à educação seja plenamente assegurado, muitas transformações devem ocorrer na área social, já que a realidade brasileira é caracterizada por questões de pobreza, fome, desemprego e exclusão social.

A política neoliberal promove o desmonte das Políticas Sociais, na medida em que obriga o Estado a reduzir os gastos públicos causando inúmeros danos ao ensino básico.

O Serviço Social insere-se de forma obrigatória no âmbito escolar devido à necessidade que a escola possui no contexto político, econômico e social. Mediante a Lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019, já promulgada, que exige a obrigatoriedade do Assistente Social na rede

educacional, ao afirmar que:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2019).

Diante desse cenário, a escola deve estar preparada para abranger as diversas questões sociais, buscando estabelecer um diálogo entre os problemas que se apresentam, nas quais o Assistente Social deve apropriar-se de instrumentos como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e conhecer as legislações vigentes como forma de enfrentamento às violações dos direitos.

Conforme afirma Lopes (2006):

Cabe salientar que a inserção do Serviço Social na educação contribuirá na garantia da democratização, do acesso do cidadão à educação, na qualidade do ensino e no desenvolvimento cultural do indivíduo. Instalando na escola sua função social na proteção de direitos a crianças e adolescentes conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e trabalhando com as facetas da questão social dentro das escolas públicas. (LOPES, 2006, p. 29).

A prática do Assistente Social situa-se em uma perspectiva crítica, e se faz participante da transformação social, segundo Novais (2001) o profissional de Serviço Social deverá:

Elaborar programas específicos nas Escolas onde existem classes especiais; Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar; Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5 da lei 8662-93. (NOVAIS, 2001, p. 13).

Assim sendo, deve-se priorizar por um ambiente educacional que formem sujeitos para a cidadania e não apenas uma formação pautada em princípios mercadológicos, voltada apenas para o mercado de trabalho, para que haja um estímulo na superação das desigualdades e exclusões sociais.

3 INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para ser possível fazer uma reflexão acerca da inserção do Serviço Social na educação básica, é importante que se faça um breve recorte acerca dos momentos históricos que foram relevantes na construção desta política social, deixando claro que não é pretensão dos autores retomar toda a história educacional brasileira. Porém, será analisado os eventos que foram mais significativos, situando de forma breve o processo de construção da educação no Brasil,

O recorte histórico iniciará com a década de 1930, pois foi durante esse período que as relações de produção se alteraram dentro do cenário do Brasil devido o início da industrialização com a entrada do capitalismo, fatores que intensificaram as demandas da sociedade por direitos sociais.

O campo educacional enquanto espaço de intervenção profissional coincide com a instalação do Serviço Social brasileiro, ou seja, na década de 1930, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão. Embora esse campo de intervenção possa parecer “novo” ou muitas vezes é indicado como sendo um “novo espaço de intervenção profissional” a história registra exatamente o contrário.

É sabido que ocorreu um período de “diáspora” de campo de atuação – principalmente nas décadas desenvolvimentistas e de ditadura militar, quando o profissional vai ser requisitado (pelas políticas públicas) “para atuar massivamente nas áreas voltadas a maior ênfase ao desenvolvimento social controlado”. (FREITAG, 1984).

Na década de 1930, no início da origem da profissão no Brasil, o Serviço Social na educação era controlado pelo Estado e pela Igreja na sociedade. A visita domiciliar servia como um instrumento de trabalho para a moralização dos hábitos e da saúde na classe trabalhadora, através das “senhoras visitadoras”.

De acordo com (WITIUK, 2004, p. 42).

A partir da década de 1940 o Estado solicita a atuação dos assistentes sociais na educação e é registrado um aumento da produção de conhecimento gerado na área pela profissão. Nesta década as expressões da “Questão Social” eram criminalizadas e o serviço social atuava na educação ainda com o objetivo moralizador, devido às influências da igreja, culpabilizando os indivíduos pela sua realidade. Com a constituição de 1946, o fornecimento da educação básica é obrigatoriedade do Estado e o assistente social é chamado no espaço escolar para resolver problemas individuais que prejudicassem o processo de ensino, nestes se incluem os “problemas sociais”. As ações profissionais neste momento voltavam-se para a adaptação do aluno a escola, para a “harmonia” da comunidade escolar.

No entanto, é a partir das décadas de 1970 e 1980, condizendo com os movimentos de fortalecimento do projeto ético-político profissional, volta a tomar mais evidência no Brasil a inserção da categoria profissional na área da Educação. É importante lembrar também que a partir do movimento realizado pela profissão, o mesmo está situado (nas últimas décadas) a partir das transformações societárias em curso em nível mundial causadas pelo capital, e que impõem processos de reforma neoliberal do Estado, recaindo necessariamente sobre as políticas sociais e, em particular, sobre a Política de Educação como direito social.

Durante a década de 1950 existe a ampliação da ação do Serviço Social nas escolas, e a atuação era subordinada a teorias vindas dos Estados Unidos que compactuavam com o desenvolvimento econômico do país, embasado no tecnicismo profissional trazido através do serviço social americano e a atuação no campo educacional voltada para a transformação de “desajustamentos” (WITIUK, 2004). Na década de 1980 o Serviço Social caminha para mudanças na profissão, se aproxima das teorias marxistas após longos debates em torno de quais opiniões e bases teóricas a categoria deveria aderir para romper com as vertentes conservadoras.

Conforme Witiuk (2004, p. 53)

A aproximação com a teoria iniciou-se de forma “vulgar” com interpretações equivocadas da teoria social de Marx, e com a contribuição da produção de Yamamoto, que deu início ao processo do amadurecimento teórico do serviço social. A concretização da nova vertente profissional foi em 1986 com o novo código de ética, que acompanha os movimentos sociais a favor da democracia e dos direitos sociais. O código de ética do assistente social de 1986 se remete a uma visão crítica da sociedade e a sua vinculação com a classe trabalhadora.

Após a nova Constituição Federal, 1988, a chamada constituição “cidadã”, o assistente social volta a sua atuação para a garantia dos direitos sociais e entra em conformidade com os interesses da classe trabalhadora. Todavia, apesar da promulgação da Constituição de 1988 coincidir com a entrada de influências neoliberais no país, trouxe dificuldades para a concretização do projeto ético-político profissional, que visa a expansão dos direitos através do acesso universal às políticas públicas.

O neoliberalismo torna-se um “obstáculo” para a consolidação dos direitos à medida que as políticas sociais não são prioridade nos governos que compactuam com a ideologia. Com

a ação profissional voltada para o campo da garantia de direitos, o profissional passa a lutar pelo acesso da sociedade às políticas públicas em tempos de capitalismo neoliberal. “A educação como direito social é uma área de inserção para o serviço social, e após constituição de 1988 a categoria retorna a atuar no campo educacional para garantir aos usuários o acesso e a permanência.” Conforme o código de ética do serviço social: “III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras. (CFESS, 2011).

Por fim, a inserção reduzida dos assistentes sociais na educação foi fruto de uma saída dos profissionais da área nas épocas de desenvolvimentismo do Brasil na ditadura militar e com isso a perda da sua legitimidade neste campo. A reinserção do serviço social na política educacional está sendo trabalhada através dos conselhos para que seja realizada conforme o projeto ético-político profissional, e com o cuidado para não resgatar velhas práticas profissionais conservadoras. Para uma ação profissional consciente, o profissional deve olhar a educação a partir de concepções vinculadas para a garantia dos direitos sociais.

4 NEOCONSERVADORISMO E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

A história recente do Brasil foi marcada por uma onda conservadora que é fruto de tendenciosos movimentos conservadores ao redor de todo o mundo. Estudos indicam que os movimentos de grupos de direita e extrema direita vêm crescendo ano após ano, e, esses movimentos estão atrelados ao Liberalismo e ao neoconservadorismo.

De acordo com Moll (2015), pode-se perceber a força do neoconservadorismo quando se vê grupos de direita atacando, por exemplo, jornais e emissoras de televisão por apresentar “algumas posições progressistas, ainda que limitadas, acerca de questões de gênero, descriminalização das drogas, aborto, ecumenismo religioso, racismo e defesa do meio ambiente.”.

O autor supracitado ainda afirma que “a existência de um movimento neoconservador no Brasil, é relacionado a políticos representantes no Congresso Nacional” (MOLL, 2015). E, apesar de alguns políticos não se apresentarem como neoconservadores, as suas ideias e posicionamentos mostram como os mesmos defendem uma política de austeridade e, de acordo com o autor, adotam “um discurso moralista baseado, inclusive em pressupostos cristãos estritos (para não dizer fundamentalistas)”, como exemplo temos o ex-presidente Jair

Bolsonaro.

No decurso de seis anos, o Brasil e o mundo puderam acompanhar uma sequência cruel de desmontes de políticas públicas, frutos de árduas conquistas da classe trabalhadora brasileira, tornando o país o palco da selvageria do capital. Foi possível acompanhar através das várias mídias e, repetidamente nos discursos inflamados de seguidores do ex-presidente às famigeradas “*fake news*”, que faziam tremer e ferver a mente de qualquer cidadão/ã que tivesse um mínimo de coerência.

A concepção neoconservadora se apresenta como detentora de uma certa ordem naturalizada do mundo e da vida social, política e privada, voltadas para os valores tradicionais e morais, supervalorizando partidos, lideranças políticas, grupos religiosos, comunidades e indivíduos de distintas origens e condições socioeconômicas que defendem valores conservadores ligados à moral cristã, à tradição dos costumes, da família nuclear burguesa e da autoridade dos governantes que personificam em si o poder da nação.

Nas palavras de Apple (2003, p. 61): “A liderança da ‘reforma’ do ensino está cada vez mais sob o domínio dos discursos conservadores em torno de um ‘bom padrão de qualidade’, ‘excelência’, ‘avaliação’ e assim por diante.”.

A questão da ideologia de gênero foi e continua sendo, bandeira de fundamentalistas religiosos, que trabalharam juntos e obtiveram o banimento da temática de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) e de planos estaduais e municipais, durante o governo de Bolsonaro. Segundo Miguel (2016, p. 599), “Durante a apreciação dos planos de educação, era comum ver câmaras ou assembleias tomadas por freiras, lado a lado com pastores de igrejas neopentecostais, pressionando deputados e vereadores.”.

Acerca da questão da ideologia de gênero, Lima & Hipólito (2019, p. 12) afirmam que:

A questão da ideologia de gênero gerou grandes debates em relação à BNCC, sendo que, em sua terceira versão, apresentada em abril de 2017, foi retirada qualquer menção à questão de gênero. Ainda em relação à BNCC, cabe destacar que em sua terceira versão também haviam sido excluídas questões referentes ao ensino religioso. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em setembro de 2017, que o ensino religioso fosse confessional, ou seja, que os professores pudessem promover as crenças nas aulas. Assim, em novembro de 2017, Eduardo Deschamps, presidente do Conselho Nacional de Educação, e Rossieli Soares da Silva, secretário de Educação Básica do MEC, declararam que houve consenso de que a versão final da BNCC terá menção ao ensino religioso, mas que ainda não havia sido definido como isso aconteceria.

O vínculo existente entre o ex-presidente Bolsonaro e a bancada conservadora de diferentes partidos no parlamento brasileiro, chamadas pela mídia como “bancada do boi, da

bíblia e da bala”, deixa claro que grupos ruralistas, religiosos, do agronegócio e fascistas seguem influenciando os principais temas sociais, culturais e educacionais.

Desse modo, a atuação profissional do Serviço Social na Política de Educação, seguindo os princípios do Projeto Ético-político, direcionadas pela Lei que regulamenta a profissão Nº 8.662/93 garantido pelo Código de Ética Profissional de 1993 e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1993), também representa a possibilidade de uma frente contra os ataques neoconservadores que tentam dominar ideologicamente a política de Educação.

É cabível enfatizar que o trabalho do assistente social, na rede pública de educação, em equipe multiprofissional junto a outros profissionais, como psicólogos, orientadores educacionais e professores resultam em uma atuação profissional em busca de garantir o livre acesso à educação, assim considerado, é necessária uma postura ética, livre de preconceitos e desprendida de pensamentos conservadores. (ANDRADE, 2017).

Nesse contexto, a contribuição do (a) assistente social na educação resulta na promoção dos direitos humanos diante da diversidade sócio-econômica, racial e cultural dos usuários desta política, considerando suas intervenções pautadas na escola como espaço de inclusão social e a escola como instância de gestão democrática. (CFESS, 2001).

4- CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou refletir sobre o papel do Assistente Social no âmbito educacional, rompendo com as barreiras e estigmas sociais que cada vez mais exclui grande parte da população. Ressalta-se que o trabalho do Assistente Social na Política de Educação é voltado para atender as demandas provenientes das expressões da questão social as quais perpassam o campo educacional.

No âmbito da educação, o Assistente Social deve somar esforços com toda a comunidade escolar na busca pela democratização da educação, uma vez que sua intervenção não deve se limitar apenas na resolução de problemas, mas desenvolver estratégias de mobilização social de acesso aos seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Sabe-se também que, em nosso país, há tempos observa-se que o Serviço Social tem conquistado espaços, proporcionando novas possibilidades e mudanças na referida área. Levando-se em consideração esses aspectos, este trabalho nos trouxe uma análise do papel deste profissional na formulação de estratégias para a educação, visto que conforme a

Constituição de 1988 é um direito social de todos, mas nem sempre toda a sociedade usufrui, devido a vários fatores como classe social, de locomoção, localidade, entre outros. Com isso, surge a necessidade da inserção do Serviço Social na Política de Educação.

A escola como local de disputa, se encontra em uma realidade contraditória e dinâmica, é no cotidiano escolar que se manifestam as diferentes expressões da questão social que interferem no processo de ensino-aprendizagem. É nesse contexto de possibilidades e contradições que se abre aos assistentes sociais um espaço importante de atuação nas instancias de educação, de modo que possam colaborar na ampliação e consolidação da educação como direito. O status de política pública dado a educação implica na garantia de acessos e principalmente na qualidade do ensino, de modo que esse possa promover, de fato, o desenvolvimento da pessoa e sua emancipação social.

Entendendo assim, que o Serviço Social potencializará o fortalecimento das instituições educacionais e a Política educacional na perspectiva de elevação da vida cultural, social e econômica daqueles extratos sociais que, antes de obtê-la, são massa de manobra ou apenas alfabetizado funcional dos interesses das classes dominantes. O Serviço Social em conjunto com as instituições de ensino e seus atores soma-se à luta pela viabilização do ensino público de qualidade a todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ruth Ferreira Conserva Andrade. **O serviço social na educação: um relato de experiência junto ao projeto frequência em dia realizado na escola Gustavo Adolfo Cândido Alves no município de Campina Grande – PB**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, Campina Grande- PB, 2017.

APPLE, M. **Aliança estratégica ou estratégia hegemônica?** Conservadorismo entre os desfavorecidos. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 84, set. 2003.

_____. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25 de julho de 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação – uma inserção possível e necessária**. Brasília/DF, 2001.

É verdade que a ideologia de gênero foi retirada da BNCC? Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/opiniaio/e-verdade-que-a-ideologia-de-genero-foi-retirada-da-bncc/303782>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

FREITAG, B. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Moraes, 1977. Belo Horizonte: Autêntica/Ação Educativa, 2004.

LOPES, Eleni de Melo Silva. **Serviço Social e Educação**: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_eleni.htm Lopes/2008. Acesso em 25 de julho de 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”**: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo**: duas faces da mesma moeda? [S. l.]: Unesp, 2015a. Disponível em. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

NOVAIS, L.C.C. *et al.* **Serviço Social na educação**: uma inserção possível e necessária. Brasília, 2001.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA. Disponível em:

[file:///C:/Users/Ger%C3%Aancia/Downloads/\(7\)+Os+desafios+da+EDH+-+Susana+Sacavino+\(85-107\)+++108.pdf](file:///C:/Users/Ger%C3%Aancia/Downloads/(7)+Os+desafios+da+EDH+-+Susana+Sacavino+(85-107)+++108.pdf) Acesso em 21 de Julho de 2023.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. **Serviço Social e Educação**: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas. 2012.

WITIUK, ILDA LOPES. **A trajetória socio-histórica do Serviço Social no espaço da escola**. 2004.327 f. Tese. Puc: São Paulo, 2004.